



DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE NOS GOVERNOS FHC E LULA¹

Hugo Feitosa Gonçalves

Rosilene Dias Montenegro

Nadine Gualberto Agra

RESUMO

Ao longo de sua história, o Nordeste brasileiro mostrou-se uma região heterogênea em diversos aspectos, dentre eles o socioeconômico. Região essa formada por uma área litorânea, dinâmica, mas com uma grande desigualdade da renda; e o semiárido, caracterizada pelo clima seco, quente, e escassez de chuvas e o atraso no seu sistema de produção, baixos níveis de escolaridade, pobreza e vários estereótipos. Tendo como referencial teórico o debate sobre o desenvolvimento regional a partir da ótica do novo paradigma do desenvolvimento, o objetivo central desta publicação é apresentar a situação socioeconômica da população nordestina englobada no cenário nacional no período entre a década de 1990 a ano 2010, que compreende os mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A partir desta questão geral, buscou-se responder as seguintes questões: quais fatores políticos, econômico marcaram o Nordeste entre o final do século XX e a primeira década do século XXI? Qual cenário político-socioeconômico foi verificado no Nordeste e no Brasil ao final do último mandato dos Governos Lula e quais as questões socioeconômicas mais críticas do Nordeste deixadas para os próximos governos? A caracterização da população nordestina, enfatizada pela miséria pela falta de educação retrata a situação socioeconômica da Região? A análise tem um caráter descritivo, com um texto apresentado com informações quali-quantitativas, baseada em material bibliográfico e documental; os dados quantitativos esboçaram as condições econômicas e sociais gerais do Nordeste no período em questão, tendo como referência comparativa os dados globais do Brasil no mesmo período.

Palavras-chave: Nordeste. Governos. FHC. Lula. Desenvolvimento.

1 SOBRE O NORDESTE

O Nordeste brasileiro foi apresentado historicamente por vezes sem demarcações territoriais, outras vezes demarcado e redemarcado. Uma região heterogênea, caracterizada

¹ Artigo síntese da Dissertação “A Questão Regional no Nordeste: uma análise da trajetória socioeconômica do Nordeste brasileiro entre a década de 1950 e o final dos anos 2000”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 2016.



pela seca, pelo sistema de produção periférico, pela falta de escolaridade, pela pobreza e por várias outras características (ou estereótipos). Um Nordeste que poderia ser dividido em vários nordestes, esses mais homogêneos em relação a diversos conjuntos ou singularidades de fatores (clima, cultura, sistema de produção, etc.). Uma região estudada e descrita ao longo do tempo por diversos focos de análises. É a busca de conhecer mais sobre esse(s) Nordeste(s) (na contemporaneidade), sob a ótica do novo paradigma do desenvolvimento, que move essa pesquisa.

Essa região é tema central de uma vasta literatura nem sempre baseada na mesma percepção epistemológica. Esse Nordeste da cana de açúcar e suas múltiplas relações – territoriais, sociais, culturais, entre outras – de Gilberto Freyre em “Nordeste” (FREYRE, 2004). Um Nordeste, apresentado por Floresta Fernandes em “Dilemas do Nordeste”, marcado na década de 1920 por conflitos intelectuais entre a defesa da tradição regional e a importação valores morais e costumes de fora do País “que atualizaria a cultura nacional” e regional (FERNANDES, 1993, p. 20). Essa região estruturalmente pobre, mas com capacidade para desenvolver-se, como apresentou o Documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) no final dos anos de 1950 – no período, o Nordeste era a região menos desenvolvida economicamente do Hemisfério Sul (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1997).

Um Nordeste pós-Sudene, no qual a população rural teria sido esquecida e o desenvolvimento social não acompanha(va) o crescimento econômico, como relata Celso Furtado em “O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento” (FURTADO, 1984). Uma região que fez parte de um todo (o Brasil) no projeto de crescimento econômico brasileiro – independentemente das condições sociais – no período pós-golpe militar (iniciado em 1964) como retrataram José Elesbão de Almeida e José Bezerra de Araújo em “Um Modelo Exaurido: a experiência da SUDENE” (ALMEIDA; ARAÚJO, J., 2004).

Uma região central no período do “Complexo Econômico Nordestino” – entre o período colonial e o início do período monárquico – que passou gradativamente a ocupar um espaço periférico com a progressão global da economia capitalista, como destaca Leonardo Guimarães Neto em “Trajetória Econômica de Uma Região Periférica” (GUIMARÃES NETO, 1997).



Com suas múltiplas fronteiras geográficas, a região do “açúcar”, do “algodão”, da reserva do “exercito industrial de reseva” (o autor referido não usa essa expressão) da indústria sudestina, como retratou Francisco de Oliveira em meados dos anos de 1770 no Livro “Elegia Para Uma Re(li)gião” (OLIVEIRA, 1977). Esse Nordeste de mercado dependente e complementar da indústria do Centro-Sul do País, que necessita(ria) de políticas que levassem em consideração as especificidades da Região, como relata Furtado na publicação do período final dos governos militares intitulada “Uma Política de Desenvolvimento Regional Para o Nordeste” (FURTADO, 1981).

Uma região que teve seu crescimento econômico – acima da média nacional na maior parte do período da segunda metade do século XX – patrocinado pelo Estado; em contrapartida, de acordo com Tânia Bacelar de Araújo, em “O Setor Público e o Nordeste”, publicado em “Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências”, nessa região alocaram-se, com os incentivos do Estado, as filiais de grandes indústrias forasteiras – que não tinham laços territoriais com o Nordeste –, acarretando em um crescimento voltado para uma minoria de fora da Região, enquanto os recursos para o sistema de saúde, de educação, de saneamento e habitação eram insuficientes para satisfazer as necessidades da população nordestina (ARAÚJO, T., 2000).

Essa região que no início dos anos 2000 ainda era marcada pela pobreza – o que ainda verificava-se no final da década (GONÇALVES, 2016) –, em que áreas modernas e economicamente dinâmicas dividiam espaço com áreas estagnadas, como também apresentou Tânia Bacelar de Araújo no texto “Nordeste, Nordestes: que Nordeste”, publicado na mesma coletânea acima citada (ARAÚJO, T. 2000).

O Nordeste e suas microrregiões, diferenciadas por questões naturais e pelas múltiplas atividades econômicas como apresenta Manuel Correia de Andrade na publicação denominada “A Terra e o Homem no Nordeste Hoje” (ANDRADE, 2003).

Uma região sentenciada para ser uma área de exploração e periférica pela dinâmica produtiva imposta desde a chegada dos europeus? Uma região de características inventadas por estratégias de discurso envolvendo estigma e estereótipos para benefício de grupos internos e/ou externos, como defende Durval Muniz de Albuquerque Júnior em “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”? (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011). Ou existe uma relação mutua entre essas duas questões?



“O Nordeste Que Dá Certo” pelo crescimento econômico – porém concentrador da renda – e pela redução da miséria – beneficiada por transferências diretas do Estado e pelo crescimento real do salário mínimo – nos anos 2000, como destacou, entre outros, Amaral Filho (2009).

É esse Nordeste, através das diversas percepções e destaques socioeconômicos da literatura que abrange a Região – com suas particularidades, sua heterogeneidade espacial da renda, do desenvolvimento social, onde áreas dinâmicas dividem espaço com a pobreza, onde o crescimento econômico deriva em grande parte da alocação discriminada dos recursos públicos, que pouco modificou sua estrutura participativa na dinâmica econômica intra e inter-regional ao longo da sua história recente – que será explorado neste trabalho.

Apesar de reconhecer-se aqui a heterogeneidade intrarregional em diversas questões que envolvem fatores socioeconômicos da população nordestina – renda, acessos aos serviços públicos, etc. – e outros aspectos – culturais, climáticos, etc. –, essa pesquisa torna-se importante no sentido verificar as conjunturas políticas, econômicas e sociais – suas continuações e rupturas – que fizeram parte da formação das condições socioeconômicas da população nordestina na sua totalidade na segunda década do século XXI.

Portanto, é analisado aqui, as condições globais da Região, não as especificidades de cada mesorregião que compõe o Nordeste, para assim se ter uma ideia geral das condições socioeconômicas do Nordeste em relação a(s) outra(s) região(ões) do Brasil no período em questão.

O objetivo central dessa pesquisa consiste em apresentar a situação socioeconômica da população nordestina englobada no cenário nacional no período dos mandatos presidenciais de Cardoso e Lula. A partir dessa questão, busca-se no trabalho responder as seguintes indagações específicas: i) quais fatores – políticos, econômicos, etc. – fizeram parte da formação da característica socioeconômica do Nordeste entre o final da primeira parte do século XX e a primeira década do século XXI?; ii) qual cenário político-socioeconômico foi verificado no Nordeste e no Brasil ao final do último mandato dos Governos Lula?; iii) a caracterização da população nordestina, enfatizada pela miséria, pela falta de educação (ainda ao final dos anos 2000) retrata(va) a situação socioeconômica da Região? Ou essa caracterização do Nordeste fez (ou faz) parte de discursos construídos



para beneficiar grupos específicos sem retratar a realidade regional? Ou ainda essas questões são complementares?

2 SOBRE A PESQUISA

O presente estudo trata de uma pesquisa com um caráter descritivo, de dados qualitativos e quantitativos. As fontes de consulta foram majoritariamente bibliográficas e documentais devido à amplitude territorial e temporal da pesquisa. Os dados quantitativos sobre o Nordeste e o Brasil nos Governos Cardoso e Lula foram extraídos basicamente de documentos e informações nas páginas eletrônicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Banco do Nordeste (BNB) e instituições do Governo Federal. Os parâmetros comparativos da pesquisa foram os dados referentes ao Brasil no geral entre os anos 2000 e 2010 e os do Nordeste no final do século XX.

Esse trabalho tem como marco teórico o desenvolvimento regional baseado no novo paradigma do desenvolvimento; o tema é a situação socioeconômica do Nordeste nos anos 2000, o recorte espacial é a atual área político-administrativa delimitada pelo Estado brasileiro que compõe a Grande Região Nordeste, o recorte temporal inicia-se a partir dos anos de 1950 (quando eclode a “Questão Regional” no Nordeste) e tem como foco o período que concentra os Governos FHC e Lula.

O Debate sobre o desenvolvimento (regional) baseia-se nas propostas do novo paradigma do desenvolvimento – o qual, além das questões (macro)econômicas, leva em consideração outros fatores, como acesso da população a educação, saúde, entre outros, para definir o nível de desenvolvimento de uma determinada região – apresentadas por, entre outros autores, Amartya Sen, Ignacy Sachs, José Eli da Veiga e Sergio C. Buarque.

O embasamento literário sobre o Nordeste provém basicamente das ideias e relatos dissertados por Tânia Bacelar de Araújo e Celso Monteiro Furtado – incluindo o Documento do GTDN –, além de contribuições de autores como Francisco de Oliveira, Guimarães Neto, Carlos Antônio Brandão, Wilson Cano, José Elesbão de Almeida junto com José Bezerra de Araújo e a dissertação apresentada no ano 2016, intitulada “A Questão Regional no Nordeste”, abrangendo o período entre a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI.

A epistemologia da pesquisa baseia-se na proposta de Tânia Bacelar de Araújo no texto “Nordeste, Nordeste: que Nordeste?”, publicado na coletânea de artigos de sua



autoria intitulada “Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências” no ano 2000, onde a autora expõe os indicadores macroeconômicos e macrossociais para apresentar as condições socioeconômicas da população nordestina em relação ao Brasil no total entre os anos de 1960 e 1992.

3 SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE

Esta pesquisa apresenta como discussões-chave a ideia de desenvolvimento regional e o Nordeste brasileiro. Antes de percorrer o debate sobre essa região, apresenta-se brevemente aqui a ideia de desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento base dessa pesquisa fundamenta-se no novo paradigma apresentado por autores como Amartya Sen, Ignacy Sachs, Celso Furtado, e José Eli da Veiga, os quais desconstruem a ideia de autores neoclássicos do pensamento econômico – como Robert Merton Solow, de que o desenvolvimento é proporcionado apenas pelo crescimento econômico – apresentando outros fatores, além do crescimento de produto interno, que levam uma região a desenvolver-se.

Furtado referiu-se a defesa do crescimento econômico como sendo um mito, e que devido à imposição desse pensamento tem sido possível desviar a atenção da sociedade para que os governantes não precisem cumprir tarefas básicas referentes às necessidades da população, e assim, concentrarem esforços em razão de algo “abstrato”, como é o crescimento econômico (FURTADO *apud* VEIGA, 2010).

Furtado (2004) mostra que o crescimento econômico proporciona a preservação dos privilégios de uma minoria, já o desenvolvimento é dado na realização de um melhoramento na qualidade de vida de todos. Citando Aristóteles, Sen (2010) apresenta uma crítica à ideia de crescimento econômico como objetivo final, relatando que é inadequado adotar esse pensamento, pois a riqueza econômica apenas se torna útil quando é voltada para desfrutar de algo. Assim, o aumento dos números econômicos não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento deve ir além dessa fronteira, em busca de, sobretudo, proporcionar melhoria na qualidade de vida e da ampliação das liberdades.

Para que o desenvolvimento se caracterize, deve haver a remoção das principais barreiras da liberdade como a pobreza, regimes autoritários, negligência dos serviços públicos, preconceitos, entre outras. Para Sen (2010), a pobreza não é apenas a privação



da renda, mas sim a falta de oportunidade de acesso a capacidades básicas para a sobrevivência física e vivência social do indivíduo, como saúde e educação.

Stuart Mill mostrou-se desengano com o pensamento de que o principal objetivo do homem deverá ser o progresso econômico independentemente das relações sociais. “Atropelar e pisar [n]os outros, andar sempre às cotoveladas ao encalço do outro não podem ser o destino mas desejável da espécie humana” (MILL *apud* VEIGA, 2010, p. 131).

Sachs (2008) mostra que, já nos anos de 1960, Michael Kalecki e Dudley Seers defenderam a tese de que um crescimento, mesmo que acelerado, não acarretaria necessariamente em desenvolvimento se essa dinâmica econômica não ampliasse o emprego, se não diminuísse a miséria e se não reduzisse as desigualdades.

De acordo com M. K. Gandhi, o sistema econômico não leva em consideração as questões morais nem sentimentais dos indivíduos de uma sociedade, trata-os apenas como fossem “bonecos de cera” (GANDHI *apud* SACHS, 2008). Ou, de acordo com Karl Marx, como uma mercadoria, um fator de produção.

Baseado nessa concepção que retrata o novo paradigma do desenvolvimento, busca-se então apresentar a trajetória socioeconômica do Nordeste desde a eclosão da “Questão Regional” do Nordeste nos anos de 1950 até os Governos FHC e Lula.

A ideia e reconhecimento de “Região Nordeste” passou por alterações ao longo da história nacional. De acordo com Oliveira (1977), o Nordeste, como região, começou a ser reconhecido na consciência social, pelas políticas e pelos programas governamentais apenas em meados do século XIX, consolidando-se no século XX. Na história regional nordestina existiram vários “nordestes”, em espaços de tempo e territorial diferentes, como a “região do açúcar” e a “região algodoeira-pecuarista” entre meados do século XVI e início do século XIX.

Em meados do século XX, segundo Oliveira (1977, p. 37), com o discurso de minimizar o “falso conflito inter-regional” entre o Sudeste em crescimento e o Nordeste estagnado, surge o planejamento regional voltado para o Nordeste, no qual a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada. A SUDENE redesenha o mapa do Nordeste brasileiro para a efetivação das suas ações. Hoje a Região Nordeste, demarcada político-administrativamente pelo Governo Federal, ocupa a área que engloba os estados que estão entre o Piauí (ao norte), a Bahia (ao sul) e a costa do Atlântico.



Antes de apresentar a situação socioeconômica do Nordeste entre a segunda parte da década de 1990 e a primeira década do século XXI, apresenta-se aqui brevemente a trajetória político-socioeconômica do Brasil, tendo como foco a Região Nordeste a partir de meados dos anos de 1950 – período que eclodiram na região movimentos populares e institucionais reivindicando uma maior atenção do Governo Federal para minimizar a situação de miséria e falta de acesso aos serviços públicos que estava instaurada no Nordeste.

Segundo Guimarães Neto (1997), no início do Governo Kubitschek (1956-1961), enquanto o Brasil passava por um período de crescimento econômico, o Nordeste passava por uma crise econômica, agravada por uma longa seca. Nesse contexto passou a crescer movimentos sociais e políticos reivindicando as chamadas “reformas de base”. Diante desse cenário, ainda em 1956, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o intuito de desenvolver estudos que guiassem as políticas públicas focadas no crescimento da economia dessa região e afastar a possibilidade de revolução social, como tinha ocorrido recentemente em Cuba e em outros países.

Do GTDN, em 1959 surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o propósito de desenvolver a indústria local com o intuito de diminuir a desigualdade regional (BRASIL, s.d.). Ressalta-se que após poucos anos, com a implantação dos governos militares no Brasil, a SUDENE passou a apenas financiar os grandes capitais vindos principalmente do Sudeste, fazendo com que o Nordeste servisse de indústria complementar e mercado consumidor dos produtos do Centro-Sul, abandonando assim a ideia inicial de homogeneização inter e intrarregional.

A partir de meados dos anos de 1960, com a ocupação do Governo Federal pelos governos militares (1964-1985), implantou-se a proposta de aumentar o produto nacional a patamares dos países hegemônicos, passando a beneficiar os grandes capitais, provocando o aumento da desigualdade da renda da população nacional (ARAÚJO, T. 2000).

Em meados desse período, o Economista Antônio Delfim Netto defendeu o crescimento econômico a parábola do bolo. Nesse período aconteceu o chamado “milagre econômico” (1968-1973), quando o PIB da época cresceu, em uma média de 10% ao ano. Em contrapartida, houve uma forte concentração de renda, por isso, ele argumentou que seria necessário esperar “o bolo” crescer, para depois reparti-lo.



Ressalta-se que essa ideia é apropriada apenas para uma ditadura, pois numa democracia, ou, de acordo com os termos de Robert A. Dahl (2005), ao menos, numa poliarquia – sociedade considerada possuidora do direito de participação e oposição, modelo que mais se assemelha ao percebido no Brasil –, as forças sociais tenderiam a manifestassem fortemente contra esse modelo de crescimento explicitamente voltado exclusivamente aos interesses da burguesia.

O projeto desenvolvimentista brasileiro no período, como em toda América Latina, foi extremamente conservador, autoritário e, conseqüentemente, antissocial. Segundo Veiga (2010) e Sachs (2008) – em uma contestação, por parte de Veiga, a essa parábola –, essa ideia do bolo a ser repartido não pode ser aceita pela sociedade porque além de não se realizar na prática, ainda fere os princípios éticos. Neste mundo de grandes desigualdades, não se pode esperar que os ricos tornem-se ainda mais ricos para que depois os pobres fiquem um pouco menos pobres.

No período do chamado “milagre econômico” brasileiro– entre o final dos anos de 1960 e a primeira parte dos anos de 1970 –, em meio a uma crise econômica mundial, o Governo Federal brasileiro realizou grandes investimentos em suas empresas estatais, além de fornecer incentivos fiscais e financeiros para o setor privado, entre elas estavam empresas que se alocavam no Nordeste, beneficiando o PIB dessa região, mas a dinâmica regional concentrava-se em áreas e setores específicos. O objetivo era aumentar a contribuição nordestina na complementação da estrutura de produção instalada no Centro-Sul (COSTA, 2012).

Junto a esse processo de desconcentração inter-regional da industrial, se ampliou as desigualdades intrarregionais. Mantiveram-se as estruturas tradicionais (sem incrementos produtivos tecnológicos) na zona rural e se ampliou a exclusão social em todo o território brasileiro, em maior proporção no Nordeste (GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009).

Em uma das obras de Furtado voltadas para o Nordeste com o título “Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste”, ao reivindicar uma maior atenção do Estado brasileiro e a intervenção dele na Região através de políticas públicas que suprisse as demandas específicas locais, ressalta que o Nordeste necessita de uma política adequada, renunciando a ilusão de que a Região seria apenas um apêndice, “algo que pode ser relegado a segundo plano, que pode esperar um amanhã incerto em que o bolo a distribuir seja maior” (FURTADO, 1981, p. 13).



Após o primeiro choque do petróleo no ano de 1973, a economia brasileira diminuiu o seu ritmo de crescimento – de 11% ao ano para a casa de 7% entre os anos de 1974 e 1980 –, enquanto a produção nordestina apresentou um quadro de aceleração do crescimento, passando o Nordeste a ter mais participação na composição do PIB brasileiro. A indústria e, sobretudo, o setor de serviços cada vez têm mais peso na composição do produto do Nordeste, enquanto a agropecuária segue um movimento inverso, tornando-se menos participativa na produção regional, seguindo a tendência nacional (ARAÚJO, T., 2000). Além da questão de avanço e estagnação dos meios de produção entre a cidade e o campo, essa tendência na composição do PIB nordestino também refletia o processo de migração da população regional do campo para a cidade.

Nos anos de 1980 – período da redemocratização nacional, mas também de recessão econômica no Brasil – começam a ganhar espaço nas políticas estatais o ideário neoliberal, interrompendo o projeto de desenvolvimento [econômico] regional – na verdade, seria mais um projeto de exploração das matérias naturais do Nordeste do que um projeto de desenvolvimento regional – executado pelo Estado brasileiro, passando o capital a migrar novamente para as regiões mais produtivas, onde os investimentos do capital financeiro extraíam uma margem de lucro maior (COSTA, 2012).

A base produtiva instalada no Nordeste nos anos anteriores proporcionaram um crescimento do produto da Região acima da média nacional na década de 1980 – mas esse crescimento foi concentrador tanto espacialmente, quanto setorialmente, áreas dinâmicas coexistiam com áreas estagnadas. Alguns indicadores socioeconômicos, como o PIB *per capita* e a esperança de vida, seguiram o na mesma direção da dinâmica econômica regional e ficaram mais próximos da média nacional, apesar desses indicadores continuarem sendo piores no Nordeste do que em qualquer outra região do País (ARAÚJO, T., 2000).

Outros indicadores sociais seguiram em direção inversa entre os anos de 1970 e 1980 no Nordeste, como os de educação e de acesso dos domicílios ao abastecimento de água, apesar de melhorarem em números brutos, se distanciaram da média nacional. Houve também um aumento na concentração da renda regional (ARAÚJO, T., 2000). Junto ao analfabetismo e a concentração da renda, a pobreza econômica era uma das questões mais



marcantes na Região ao final da década de 1980. O Nordeste abrigava 45% das famílias pobres² do Brasil e 55% dos considerados indigentes³ (TOLOSA *apud* ARAÚJO, T., 2000).

A década de 1990 foi marcada pela predominância das políticas neoliberais. O Estado brasileiro deixa de fomentar a estrutura desenvolvimentista econômica das regiões periféricas – entre elas, o Nordeste –, abandonando a proposta de integração nacional (COSTA, 2012).

Com a desestabilização política e econômica na primeira metade da década, a economia brasileira entra em recessão, voltando a reestruturar-se na segunda metade dos anos de 1990 – tendo como base o plano de estabilização dos preços dos produtos nacionais, denominado “Plano Real”. Apesar da variação PIB ter sido negativa tanto no Brasil quanto no Nordeste nos anos de 1990, essa região apresentou uma variação menor do que a média nacional (ARAÚJO, T., 2000). Ressalta-se que, de acordo com Costa (2012), a década de 1990 de foi marcada por, além da predominância das políticas neoliberais, um aumento da heterogeneidade inter-regional no Brasil.

Araújo, T. (2000) fez um levantamento do ritmo de produção que resume a dinâmica produtiva entre os anos de 1960 e 1990, relacionando os dados brasileiros com os do Nordeste, onde mostra que após o início da atuação da SUDENE, o PIB nordestino apresentou um desempenho no patamar da média do Brasil nos anos de 1960 e 1970, superando-o na década de 1980. A participação do Nordeste na formação do PIB brasileiro se deu de maneira progressiva a parti da criação da Superintendência, aumentando ainda mais nos anos de recessão econômica nacional, e caindo nos anos 1990, período das ideias neoliberais em que a proposta de desenvolvimento regional foi abandonada.

Essa constatação poderia expressar a trajetória do desenvolvimento do Nordeste no período, se a percepção de desenvolvimento abordada aqui fosse de acordo com a apresentada por Delfim Netto em meados dos governos militares. De acordo com o novo paradigma do desenvolvimento, o crescimento econômico só se torna útil se for revertido para satisfazer as necessidades da população, tornando o fator econômico um dos instrumentos para proporcionar o desenvolvimento, não sendo esse fator o desenvolvimento por si mesmo.

² Com rendimento inferior a meio salário mínimo por pessoa.

³ De acordo com IPEA, os muito pobres (ou indigentes) são aqueles que têm uma renda domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo.



No ano de 2000, Araújo, T. (2000) mostra que na região Nordeste vivia 29% da população brasileira, sendo 23% da população nacional que vivia na cidade e 46% dos brasileiros que viviam no campo. Essa região produzia 14% do PIB nacional, sendo 12% da produção industrial e aproximadamente 21% da produção agrícola. Enquanto o Sudeste com apenas 21% da população rural nacional era responsável por mais de 38% do produto agrícola, mostrando assim a baixa produtividade da zona rural nordestina em relação a essa outra região do País.

Apesar da dinâmica econômica nordestina apresentada na segunda metade do século XX, incentivada basicamente pelos gastos públicos, uma das marcas mais importantes do Nordeste continuava sendo a privação humana, tanto em relação à renda, quanto aos outros fatores envolvidos no desenvolvimento social. Araújo, T. (2000) apresenta um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) onde mostra que, em 1990, 55% dos indigentes brasileiros estavam no Nordeste, sendo que 63% desses considerados indigentes viviam na zona rural e quase 46% viviam no perímetro urbano.

O crescimento econômico do Nordeste, financiado pelo setor público e o capital externo, acarretou em um dinamismo concentrado apenas em algumas áreas da Região, aumentando a heterogeneidade econômica do espaço nordestino (GUIMARÃES NETO, 1997). Houve um aumento da concentração fundiária e, segundo o Mapa da Fome, realizado pelo IPEA, dois terços dos indigentes rurais do Brasil estavam no Nordeste ao final dos anos de 1990. Apesar da miséria predominando nas áreas rurais nordestinas, a questão fundiária continuava a ser esquecida pelos governantes, apesar da calamidade enraizada na zona rural.

Na Zona da Mata a concentração fundiária continuava crescendo e o cultivo da cana-de-açúcar ampliando sua predominância. As secas do semiárido agravavam a concentração das áreas da região devido à inviabilização das terras nesses períodos, forçando os pequenos produtores a venderem suas propriedades a baixos preços para os grandes latifundiários (ARAÚJO, T., 2000). Restando aos pequenos produtores geralmente a escolha entre a pobreza do campo nordestino ou a migração para os centros urbanos.

A partir dessa análise introdutória sobre as condições socioeconômicas do Nordeste, volta-se agora a analisar especificamente os Governos Cardoso e Lula e as condições socioeconômicas da Região no período dos seus governos.



4 SOBRE OS GOVERNOS FHC E LULA E O NORDESTE

Os dados que abrangem os mandatos de Cardoso e Lula foram extraídos majoritariamente de publicações de instituições gerenciadas pelo Governo Federal como o IBGE e BNB. Antes de relatar especificamente as condições socioeconômicas do Nordeste do período, apresenta-se aqui a conjuntura abreviada das políticas nacionais e regional dos determinados governos e as condições gerais do País.

4.1 OS GOVERNOS FHC

Os Governos FHC tiveram como um dos principais objetivos macroeconômicos o controle inflacionário, conseguindo parcialmente o êxito desse objetivo com uma política de diretrizes neoliberais (LOCH, 2014). No âmbito social, a diminuição das desigualdades e da pobreza a partir de programas transferência de renda foi um dos objetivos centrais apresentados por esse governo (DRAIBE, 2003).

Nas considerações da parte do seu trabalho que tratou de relatar as ações dos mandatos de Cardoso e os resultados gerais para o Brasil, Loch (2014), baseado em dados do IBGE e de uma publicação de LAMOUNIER, B. e FIGUEIREDO, R. do ano 2002, apresenta alguns dados e conclusões relevantes englobando a totalidade do período dos dois governos (1995-2002). Em relação à viração da renda nacional, verificou que a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,3%. A receita do Tesouro Nacional cresceu (devido às privatizações); mesmo com esse crescimento da receita, a dívida pública aumentou em mais de 300% e a relação dívida PIB subiu de 30% em 1994 para 50% no ano de 2002, crescendo relativamente 66%. O controle inflacionário dos preços nacionais acarretou em um aumento geral da renda para o grupo de pessoas mais pobres economicamente; a pobreza reduziu em 10,8% e a miséria foi reduzida em 18,7% (dados dos anos entre 1993 e 1999). O aumento real do salário mínimo foi de 44,3%, proporcionando diretamente um aumento real na renda dos trabalhadores que recebiam salário mínimo – fator relevante para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste brasileiro, pois essa era/é a região que comporta o maior número de trabalhadores que



recebem um salário mínimo – e a taxa de analfabetismo⁴ caiu entre as pessoas que tinham entre 15 a 19 anos de idade, de 12% para 6%.

Nos mandatos de Cardoso, as questões específicas das regiões tiveram atenções residuais do Estado. Colombo (2010) destaca duas políticas voltadas e implantadas para/no Nordeste durante os Governos FHC com o intuito de promover o desenvolvimento regional e/ou sanar as necessidades emergenciais da população, pontualmente no primeiro mandato, foram elas: o “Projeto Áridas” e o “Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca”. O “Áridas” tinha como objetivo promover o desenvolvimento nas áreas econômicas e sociais a partir da iniciativa público-privada, com uma proposta de descentralização das políticas, ficando os estados e municípios com o poder – a partir da deliberação do Governo Federal – de propor a promoção do desenvolvimento local. Mas esse programa esbarrou em fatores políticos que inviabilizaram a sua eficácia.

Implementado pela SUDENE, o “Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca” mais do que com o intuito de promover do desenvolvimento regional, surgiu como uma política emergencial para sanar ou amenizar as questões socioeconômicas agravadas pela estiagem no ano de 1998 (COLOMBO, 2010).

Um das questões mais marcantes da atuação dos Governos FHC nessa região foi o enfraquecimento gradual das forças da SUDENE até a sua extinção no ano de 2001 – o que também aconteceu com a SUDAM no Norte do País. Com um discurso embasado em denúncias de corrupção dentro da Instituição, discurso esse negado por Colombo (2010), a SUDENE foi substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que passou a atuar quase um ano depois da extinção da SUDENE, em meados do último ano de mandato de Cardoso na presidência do Brasil. A atuação da ADENE foi “quase nula” em relação à promoção do desenvolvimento do Nordeste nesse ano final de Governo FHC.

Não havia mais políticas federais de desenvolvimento regional no Brasil (ARAÚJO, T., 2000), nem mesmo um debate público entre os agentes do Governo Federal sobre políticas regionais no Brasil (COLOMBO, 2010).

⁴ Porcentagem das pessoas analfabetas (que declararam que não sabe escrever um bilhete simples no idioma que conhece; que aprenderam a ler, mas esqueceram; que apenas assinam o próprio nome; que não sabem escrever nada) de um grupo de uma determinada faixa etária, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária de um determinado perímetro territorial (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, s. d.).



Nos dois governos de Cardoso, o produto do Nordeste seguiu o direcionamento verificado nas décadas anteriores, passando a ser cada vez mais uma economia cidadina. Os dados macroeconômicos tanto do Nordeste como do Brasil se apresentaram em crescimento (GONÇALVES, 2016). Nesse período (1995-2002), o Nordeste que abrigava em torno de 28% da população nacional, perde participação no produto nacional, crescendo menos que a média nacional, caindo de 17% para 13% na composição do PIB brasileiro (GONÇALVES, 2016).

De acordo com Almeida e Araújo, J. (2004), a formação do produto da Região Nordeste seguiu um roteiro onde: a agropecuária perde cada vez mais espaço; a indústria apresenta a menor variação entre os três setores; e o serviço aumenta ainda mais sua hegemonia. No ano de 1990 o PIB regional era composto por 14,4% de produtos agropecuários, 28,2% de produtos da indústria e 57,4% de serviços. No primeiro ano de mandato de FHC esses números variaram para 12,6% de agropecuários, 23,8% de industriais e 63,6% de serviços. Em 1999 a agropecuária contribuía com 9,7%, a indústria com 26% e os serviços com 64,3%. Assim, o Nordeste segue a trajetória verificada na segunda metade do século XX, passando ser uma economia cada vez mais cidadina, o que era reflexo/refletida da/na trajetória de localização da população da Região, apesar de, em âmbito nacional, o Nordeste ser a região que abriga a maior parcela da população rural, sendo visto como um fornecedor de bens agrários.

Em meados do segundo governo de Cardoso, enquanto a renda real média nacional das pessoas com 10 ou mais anos de idade era de 1.254 R\$, no Nordeste esse rendimento era o menor do País, 760 R\$. Além da renda dos nordestinos ser a metade da renda obtida pelos habitantes do Sudeste, a concentração da rendada primeira região citada continuava sendo a mais grave do País de acordo com o IBGE (2000). Nos dois anos finais dos Governos FHC – período com dados disponíveis – o emprego formal no Nordeste cresceu 5,8% em média ao ano, 1,1% a mais do que a média nacional, 4,7% (BANCO DO NORDESTE, 2012).

Voltando-se para os dados referentes ao acesso da população nordestina aos serviços públicos, no segundo mandato de Cardoso verificou-se que a questão socioeconômica do Nordeste continuava a ser a mais grave do Brasil, apresentando os piores indicadores entre os analisados na publicação, com exceção do acesso dos



domicílios ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, nesses indicadores o Norte estava em uma situação ainda pior (IBGE, 2011, 2012).

Apesar do aumento nos gastos com o sistema de educação no Nordeste ter sido maior do que no Brasil, na metade do segundo mandato de FHC a taxa de analfabetismo⁵ no Nordeste era o dobro da nacional. A Região ainda apresentava a menor expectativa de vida, a menor média salarial, a maior concentração da renda, e a maior proporção de pobres e indigentes (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000, 2011, 2012).

No ano de 2003, o IBGE apresentou um mapa da pobreza e desigualdade nacional onde mostra que cerca de 80% dos municípios do Nordeste tinha mais da metade da população vivendo na pobreza (IBGE, 2008).

4.2 OS GOVERNOS LULA

No início dos governos “pós-neoliberais” de Luiz Inácio Lula da Silva, o cenário nacional era de uma economia nacional e internacional estável, de pobreza minimizada, de melhora nos números da educação. Além desses fatores, o petista mantém a base da política macroeconômica, mas suspende o processo de privatização, e amplia os programas sociais –herdados do Governo FHC (LOCH, 2014).

A ideia de governo “pós-neoliberal” apresentada aqui, não é uma categoria de análise, a ideia é mostrada “como uma figura política, como uma noção flexível, que nos permita diferenciar [...] ‘Lula’ de Cardoso no Brasil” (ROJAS, 2017, p. 4).

Durante os dois mandatos de Lula, os indicadores socioeconômicos do Brasil apresentaram melhoras; o PIB brasileiro obteve um crescimento anual médio de 4% – maior do que os 2,7% verificado nos três últimos anos de Governos FHC; a renda *per capita*, que passou os oito anos de mandato de Cardoso estagnada, cresceu mais de 12% ao ano durante os seis primeiro anos de Governos Lula, elevando o nível de consumo, principalmente das famílias mais pobres; a inflação já não era mais aquele monstro que assombrava os brasileiros em períodos anteriores a FHC; o salário real mínimo continuou em escala de crescimento, cerca de 5% ao ano; e a desigualdade da renda diminuiu em todas as regiões (BANCO DO NORDESTE, 2012; LOCH, 2014).

⁵ Considerando as pessoas com 10 ou mais anos de idade.



Voltando-se para o Nordeste, nos dois Governos Lula, a Região abrigava 27% da população brasileira; nela residia apenas 18% dos brasileiros ocupados – caracterizando uma diferença entre a proporção da população e o nível de ocupação na Região em relação ao global do País. Essa produziu em média 13,1% do PIB brasileiro – o que mostra a baixa produtividade da mão de obra no Nordeste em relação à média nacional –, números semelhantes aos verificados nos Governos FHC – ressalta-se que no primeiro ano de Governo Lula a participação do Nordeste no PIB nacional era de 12,8%, em 2010 esse número era de 13,5% –, mas obtendo um crescimento relativo do seu produto, 4,6% ao ano, acima da média nacional, 4% ao ano (BNB, 2012; IBGE, 2012).

Esse crescimento do produto regional foi incentivando por uma série de fatores, como as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1, o aumento no limite de endividamento dos estados e municípios, os programas assistencialistas como o Bolsa-Família e o aumento real do salário mínimo.

Nessa região morava mais da metade dos assalariados brasileiros que recebiam apenas um salário mínimo. Verificou-se que o rendimento real médio da população dessa região, inclusive dos mais pobres cresceu mais do que a média nacional. Contudo, no ano de 2010, a renda dos nordestinos ainda era a menor do País (IBGE, 2012).

Ainda em meados do segundo Governo Lula fazia parte da questão regional nordestina era a pobreza entre seus habitantes. Até o período levantado, o Nordeste era a região que tinha o maior número de pessoas consideradas pobres ou indigentes por habitante. Cerca de um em cada dois habitantes viviam abaixo da linha de pobreza – no governo anterior a proporção era de mais de dois terços –, no Brasil essa relação era de quatro em cada dez habitantes. Em comparação a média nacional, o Nordeste abrigava no ano de 2001 proporcionalmente 72% a mais de indigente e 59% a mais de pobres do que em todo o País. No ano de 2005, apesar da redução na proporção no número de indigentes e pobres por habitante tanto no Nordeste quanto no Brasil – que em números absolutos o Nordeste progrediu mais do que a média nacional –, a diferença entre a proporção que foi verificada no Nordeste em relação à proporção brasileira em geral aumentou ainda mais, subindo para 80% e 67,3% respectivamente entre 2001 e 2005 (IBGE, 2012). No ano de 2004, o Nordeste abrigado mais da metade das famílias brasileiras que eram cobertas pelo Programa “Bolsa Família” (ALMEIDA; ARAÚJO, J. 2004).



O Nordeste, junto com o Norte e o Centro-oeste, foram no período que abrange os dois mandatos de Lula, as regiões que apresentaram as menores diminuições relativas da desigualdade no nível de renda intrarregional. Em números brutos, o Nordeste evoluiu na diminuição da desigualdade mais do que as regiões Norte e Centro-oeste, mas ainda apresentou os piores números em relação a esse indicador entre todas as grandes regiões do País até o ano de 2009. No ano de 2010, essa posição foi assumida pelo Centro-oeste, mas a concentração da renda no Nordeste ainda estava acima da média nacional (BRASIL, s.d.).

Os números para o emprego formal também se mostraram crescentes para o Nordeste, sendo esses um crescimento maior do que no Brasil em geral no período. Em relação ao acesso dos domicílios as redes gerais de água e de esgotamento sanitário, e a expectativa de vida ao nascer, os números do Nordeste também cresceram, ficando mais próximos à média nacional no período (BNB, 2012; IBGE 2012).

Volta-se agora pra um dos problemas mais graves do Nordeste em relação ao total do País, o analfabetismo. Essa Região tanto no último Governo FHC como no ano final dos Governos Lula apresentou os piores indicadores. O mais grave é que a diferença relativa entre a proporção de analfabetos no Nordeste em relação ao Brasil aumentou durante o período, apesar de, em números absolutos, a Região apresentar uma maior evolução na diminuição do analfabetismo em relação à média nacional. No ano 2000, a taxa de analfabetismo das pessoas com 10 ou mais anos de idade no Nordeste era 92% maior que no Brasil, no ano de 2010 essa proporção subiu para 99%, ou seja, proporcionalmente ao número de habitantes, havia no Nordeste duas vezes a quantidade de analfabetos que existia no Brasil (IBGE, 2011).

No total dos Governos Lula, apesar de todos os indicadores sociais do Nordeste analisados na publicação ainda se encontrarem abaixo da média nacional, em números brutos, todas as variáveis da Região apresentadas no texto evoluíram acima da média nacional, com exceção do Índice de Gini. Em termos relativos, o Nordeste desenvolveu a maior parte dos seus indicadores acima da média nacional, com exceção aos dados voltados para a alfabetização, diminuição da pobreza e distribuição de renda, esses, apesar de terem melhorado em números brutos, se afastaram ainda mais da média nacional. Portanto, esses três fatores formaram o quadro mais crítico da Região em relação ao Brasil ao final dos anos 2000.



Em relação ao índice construído para medir quantitativamente e sinteticamente o desenvolvimento socioeconômico de uma região, IDH(M), no ano de 2010 o Brasil alcançou 0,727 pontos, enquanto o Nordeste, que foi na década de 2000 a terceira região que mais gerou riqueza, apresentou o pior IDHM médio com 0,659 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES

Nos parágrafos finais de cada sessão consta um pequeno resumo sobre as questões socioeconômicas de cada período do Nordeste em relação ao Brasil. Assim, transcorrem aqui as considerações gerais da pesquisa e as condições socioeconômicas do Nordeste ao final do período da pesquisa.

Percebeu-se que desde os anos de 1950, a pobreza é uma característica marcante do Nordeste brasileiro, e que apesar de em números brutos essa questão ter sido minimizada tanto no Brasil como no Nordeste nos Governos FHC e Lula, no período desses governos, no total do Brasil a pobreza foi mais amenizada do que no Nordeste – região mais pobre do País –, aumentando a ainda mais a disparidade do nível de pobreza entre o Nordeste e o total do Brasil.

O crescimento do PIB e PIB *per capita* do Nordeste acima da média nacional verificado tanto nos Governos FHC quanto nos Governos Lula foi concentrador como verificados nas décadas passadas.

Nos Governos Cardoso, no Brasil no total houve uma diminuição da pobreza, no índice de analfabetismo e um aumento real no salário mínimo. Em relação ao Nordeste se verificou que: a concentração da renda era a mais grave do País; a proporção de analfabetos era o dobro do verificado nacionalmente; a expectativa de vida era a menor entre todas as regiões do Brasil; a concentração da renda e a proporção de pobres e indigentes era maior do que em qualquer outra região do País; o índice de emprego cresceu em relação a média nacional – apesar de ainda ser menor do que essa média; no geral, apresentando os piores indicadores socioeconômicos do Brasil, com exceção aos indicadores que medem o acesso dos domicílios a rede de água e esgotamento sanitário, esses foram ainda piores no Norte.

No período que cobre os dois mandatos de Lula – com algumas das questões macroeconômicas já amenizadas, como a inflação – o crescimento do PIB brasileiro foi



maior do que o período dos Governos FHC; o PIB *per capita* do País volta a crescer – apesar de concentrado –, o que tinha permanecido estagnado nos governos antecessores; o salário mínimo real continuou em crescimento; e a desigualdade da renda nacional diminuiu.

No Nordeste no total dos Governos Lula: o PIB cresce mais do que a média nacional – mas em termos proporcionais (tanto em relação ao espaço territorial, quanto à disponibilidade de força de trabalho) ainda produzia menos do que a média nacional –, a renda *per capita* – apesar de no ano de 2010 a Região ter a menor renda *per capita* – também cresceu mais do que a média brasileira, inclusive dos mais pobres – apesar da concentração da renda da Região ainda ser a maior do País – ficando ainda mais distante da média nacional –, o nível de emprego ficou mais próximo da média nacional; o nível de emprego, de acesso dos domicílios à rede de água e esgotamento sanitário e expectativa de vida cresceram mais do que a média nacional – mas o Nordeste ao final dos Governos Lula ainda, com exceção do acesso a rede de água e esgotamento sanitário, que os indicadores se mostravam piores no Norte, se apresentavam com os piores indicadores entre todas as regiões do País.

No período, a diminuição relativa da pobreza na Região foi menor do que no total do Brasil. O índice de analfabetismo analisado na publicação, apesar de em números brutos ter sido minimizado no período, em proporções relativas, comparado ao Brasil no geral, também evoluiu menos do que a média nacional, aumentando ainda mais a disparidade do nível de educação entre o total do País e o Nordeste.

Em 2011, o Jornal Folha de São Paulo, baseado em dados do IBGE divulgou uma matéria mostrando que o Nordeste – região que ocupa em torno de 25% do espaço nacional e abrigava 27% da população nacional no período – concentrava 59% da população em extrema pobreza do País (FOLHA DE S.PAULO, 2011).

Os dados da educação permitem concluir que o nível de escolaridade no Brasil e, principalmente, no Nordeste constitui um problema grave. Conforme registra a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): a taxa de analfabetismo no Brasil em 2010 foi de 8,6% entre as pessoas de 15 a 24 anos. Na Argentina essa taxa de analfabetos entre a mesma parcela da população foi de 3,2% no mesmo ano. No Chile a proporção foi ainda menor, apenas 2,4% (dados de 2009) (ULTIMO SEGUNDO EDUCAÇÃO, 2012).



De forma sintética, o Nordeste que, nos anos 2000, foi à terceira região que mais produziu no Brasil, ainda tinha o pior IDHM médio entre todas as regiões do País. Podendo considerar que, apesar dos indicadores sociais analisados não representar por totalidade o bem-estar social, no Nordeste brasileiro o crescimento econômico entre os anos 2000-2010 ainda não se desdobrou em uma melhoria na qualidade de vida dessa sociedade na mesma proporção. Então nesse período o crescimento econômico não era fomentador do desenvolvimento da Região.

Ao final dos Governos Lula, as questões socioeconômicas mais emergenciais a serem minimizadas eram a pobreza, a concentração da renda e o analfabetismo – essas questões apesar de terem evoluído em números brutos, em relação ao Brasil, eram ainda mais graves ao final dos Governos Lula do que no início dos anos 2000.

O Nordeste necessita(ria) de políticas públicas de desenvolvimento regional – tema secundário tanto nos Governos FHC, quanto nos Governos Lula – desenhadas a partir de uma visão de conjunto entre economia e sociedade, considerando as particularidades regionais, que não apenas garantam a satisfação das necessidades básicas e a condição de cidadania com qualidade de vida para todos os brasileiros, mas que também tenham um verdadeiro intuito de promover um desenvolvimento regional não colonial (de permanente dependência), tanto em relação a outras regiões do País, quanto em relação aos governantes nacional.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, J. E. de; ARAÚJO, J. B. de. Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004.

AMARAL FILHO, J. O Nordeste Que Dá Certo. **Caderno do Desenvolvimento**, v. 05, p. 55-83, 2010.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste, Hoje**. Recife: SBPC, 2003.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.



BNB. **Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010**, 2012. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

BRASIL. SUDENE. **Contribuição da SUDENE ao Desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

COLOMBO, L. A. C. O Nordeste Brasileiro: políticas públicas federais para o combate da desigualdade no Governo FHC. In: *V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, Buenos Aires, 2010.

COSTA, J. M. **Concentração e Desconcentração Industrial**, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-e-desconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**, São Paulo: EDUSP, 2005.

DRAIBE, S. A Política Social no Governo FHC e o Sistema de Proteção Social. **Tempo Social – USP**, p. 63-101, nov. 2003.

FERNANDES, F. Dilemas do Nordeste. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 20-28, abr./jun. 1993.

FOLHA DE S.PAULO. **Nordeste Concentra 59% da População em Extrema Pobreza, Diz IBGE**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/913829-nordeste-concentra-59-da-populacao-em-extrema-pobreza-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 10 de abr. 2013.

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. Ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma políticas alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, p. 5-14, jul./set. 1984.

_____. Uma Política Nacional Para o Desenvolvimento do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 1,1, p. 12-12, dez. 1981.

GONÇALVES, H. F. **A Questão Regional no Nordeste**: uma análise da trajetória socioeconômica do Nordeste brasileiro entra a década de 1950 3 o final dos anos 2000. 81 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

GTDN. Documento do GTDN. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n.4, p. 387-432, out./dez. 1997.



GUIMARÃES NETO, Leonardo; BRANDÃO, Carlos A. **A Formação Econômica do Brasil e a Questão Regional**, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória Econômica de Uma Região Periférica. **Estudos Avançados**, v.11, n.29, p. 37-54, 1997. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. **Censo Demográfico - Resultados do Universo**, 2000. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **Conta Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/default.shtm>. Acesso em: 20 abr. 2008.

LOCH, B. C. **O Novo Desenvolvimentismo**: uma comparação entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. 2014, 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

OLIVEIRA, F. **Elegia Para Uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROJAS, A. G. Caracterizando os Governos “Pós-Neoliberais” Latino-Americanos. **Revista de Economia Política**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Americanas/Downloads/2894-8988-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ÚLTIMO SEGUNDO EDUCAÇÃO. **UNESCO**: Brasil reduzirá analfabetismo em adultos para 5% em 2015, out. 2012. Disponível em:

<<http://www.prime.org.br/mundoemissao/dadosanalfab.htm>>. Acesso em: 25 de set. de 2013.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
